

ENTREVISTA A JOSÉ HONÓRIO COSTA PEREIRA JERÓNIMO, MINISTRO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E CULTURA DO IX GOVERNO CONSTITUCIONAL DE TIMOR-LESTE



Dando seguimento à rubrica de entrevistas iniciada no número anterior, a revista da FORGES decidiu, nesta edição, dialogar com o titular da pasta do ensino superior do novo governo da República Democrática de Timor-Leste, empossado em junho de 2024. A decisão prende-se com o interesse que a realidade educativa timorense desperta na comunidade dos que se dedicam ao estudo do ensino superior no mundo lusófono e também pelo facto de se tratar de alguém que tem entre mãos a tarefa liderar a execução do programa do governo para este subsistema educativo nos próximos tempos em Timor-Leste. O seu nome é José Honório Costa Pereira Jerónimo, 50 anos, docente da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), instituição na qual desempenhou diversos cargos de responsabilidade, sendo decano da Faculdade de Economia, pró-reitor de Administração, Plano e Finanças (2016-2020) e pró-reitor de Auditoria e Controlo de Qualidade (2021-2023).

1 - Sr. Ministro é uma honra para a revista da FORGES poder contar com a sua disponibilidade para esta entrevista, o que desde já agradecemos. Para começar, pergunto-lhe qual é o diagnóstico que faz do sector do ensino superior timorense neste momento?

Antes de mais, quero expressar a minha gratidão à revista FORGES por esta oportunidade de partilhar o ponto de situação e os desafios que o ensino superior enfrenta em Timor-Leste.

Gostaria de começar por destacar que o setor do ensino superior em Timor-Leste enfrenta desafios significativos, sobretudo de natureza estrutural, que requerem respostas estratégicas e integradas. É importante recordar que somos um país jovem e que, após a restauração da nossa independência, tivemos que construir praticamente do zero as instituições fundamentais para o funcionamento do nosso Estado, num contexto marcado por limitações graves em recursos humanos e infraestruturas.

Outro aspeto que merece atenção é a nossa demografia: mais de 50% da nossa população tem menos de 25 anos. Isso reflete um país com uma população vibrante e jovem, mas também traz responsabilidades acrescidas. Desde 2002, temos registado um crescimento acentuado na procura pelo ensino superior, impulsionado pelo aumento do número de estudantes que concluem o ensino secundário e pela elevada expectativa social em relação aos benefícios da educação.

Atualmente, contamos com 19 instituições de ensino superior acreditadas e mais de 65.000 estudantes. Esse crescimento tem desempenhado um papel crucial ao absorver os jovens e promover estabilidade social. Contudo, o crescimento rápido do número de instituições de ensino superior foi feito com enormes fragilidades estruturais. Muitas instituições são pequenas e enfrentam dificuldades para garantir sustentabilidade e qualidade.

Por exemplo, a nível da qualificação docente, apenas cerca de 2% dos professores possuem grau de doutoramento, o que influencia a qualidade do ensino que é ministrado nas

diversas instituições. Em termos de infraestruturas, ainda há um longo caminho a percorrer: muitas instituições não possuem bibliotecas, laboratórios e recursos digitais adequados que atendam às necessidades dos seus cursos. Além disso, a maioria das instituições não oferece serviços essenciais, como ação social, residências estudantis, ou apoio psicológico e médico, fundamentais para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes.

Apesar desses desafios, há um compromisso firme por parte do Governo em implementar reformas estruturais que impulsionem a qualidade do ensino superior. No âmbito do IX Governo Constitucional, para além da existência do Conselho de Reitores, criámos a Comissão Coordenadora das Universidades e Institutos Superiores, que integra dirigentes do Ministério, académicos, representantes do setor privado e outros Ministérios relevantes. Esta comissão tem trabalhado ativamente no desenho de estratégias alinhadas ao programa do Governo, com o objetivo de implementar ações concretas durante o nosso mandato.

Outro aspeto que gostaria de salientar foi o facto de termos concluído recentemente a Revisão do Sistema Nacional de Qualificações que estará, doravante, mais atualizado e alinhado com o Quadro de Referência de Qualificações da ASEAN e com o Quadro Europeu de Qualificações, de forma a que os nossos graduados possam futuramente ter reconhecimento regional e global no domínio e aplicação de suas qualificações e competências profissionais. Também foi aprovada a nova Lei de Bases do Ensino Superior que trouxe algumas melhorias para o sistema e que estabelece a língua portuguesa como a principal língua de instrução, ensino e investigação no ensino superior.

A nossa prioridade é clara: criar condições para melhorar a qualificação dos recursos humanos e fortalecer as instituições de ensino superior para que possam desempenhar um papel central no desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.

Face a este diagnóstico, gostaríamos que nos indicasse as principais metas do novo governo para o setor?

A nossa prioridade é melhorar a qualidade de ensino nas nossas instituições para assegurar a qualificação dos recursos humanos adequada às necessidades do mercado de trabalho. De acordo com o programa de Governo e a Política Nacional do Ensino Superior, as principais metas são: (i) Investir na qualificação do corpo docente, nomeadamente através da criação de uma escola doutoral em Timor-Leste destinada à formação dos docentes das instituições de ensino superior públicas e privadas; (ii) Promover a diversificação da oferta formativa, nomeadamente na criação de novos cursos de natureza politécnica em áreas estratégicas (hotelaria e turismo, pescas e estudos marinhos e engenharia). (iii) Promover a modernização das infraestruturas académicas nas Instituições de Ensino Superior, através da criação de programas de apoio por parte do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura. (iv) Reforçar as condições do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia, de modo a criar uma Política Nacional para a Ciência que permita o desenvolvimento de novos programas de apoio à investigação científica e à inovação para que o ensino superior timorense acompanhe os padrões globais. (v) Melhorar as condições de funcionamento da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académica para promover a avaliação e a acreditação dos estabelecimentos do Ensino Superior com base no mérito e na qualidade. (vi) Reforçar a o número de bolsas de estudo em áreas estratégicas para o país, pois entendemos que o capital humano é o nosso maior recurso e a sua formação adequada é a base para a construção de um futuro mais justo, inovador e sustentável para o nosso país.

2 - Recentemente visitou Portugal e encontrou-se com líderes de diferentes instituições portuguesas na área de ensino superior e ciência. Que objetivos tinha em mira com a referida missão? Tratou-se de um ato de aproximação ao Mundo Lusófono?

Eu desloquei-me recentemente a Portugal, integrando a comitiva de S. Exa. o Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, durante a sua visita oficial. No entanto, aproveitei a oportunidade para realizar uma série de encontros e visitas com entidades portuguesas, nomeadamente com o Ministro da Educação, Ciência e Inovação, o Instituto Camões, a Fundação Champalimaud, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos e visitar os Institutos Politécnicos de Leiria e Setúbal, com o objetivo de reforçar as relações de cooperação e explorar novas oportunidades de parceria. Acredito que as reuniões e visitas que realizei irão permitir estabelecer parcerias mais profundas, tanto no que diz respeito à formação de nossos docentes e investigadores quanto à troca de conhecimento nas áreas de pesquisa e inovação, áreas em que Portugal tem uma vasta experiência.

Esta visita reflete também o nosso compromisso em fortalecer a nossa colaboração com o Mundo Lusófono. Reforçar a cooperação com países como Portugal e Brasil pode trazer expertise em áreas como gestão académica, tecnologia da educação e inovação científica, enquanto os países africanos, como por exemplo Cabo Verde e Angola, são uma mais-valia e podem trazer-nos benefícios através de experiências práticas em contextos socioeconómicos similares ao do nosso país.

Não tenho dúvidas que a cooperação com os países da CPLP é uma oportunidade estratégica para o ensino superior em Timor-Leste alcançar maior qualidade, relevância e competitividade no cenário global.

3 - Qual é o lugar que a cooperação com os países da CPLP ocupa na presente estratégia de desenvolvimento do ensino superior timorense?

Como já referi, a cooperação com os países da CPLP é um pilar importante na nossa estratégia de desenvolvimento do ensino superior. Não nos podemos esquecer que temos uma história comum que facilita a troca de saberes e a partilha de boas práticas, que são fatores essenciais para o nosso crescimento.

A capacitação de docentes, a implementação de programas de intercâmbio de docentes e estudantes e a realização de seminários e conferências são iniciativas muito valiosas que podem contribuir para a qualificação do nosso sistema educativo. Por outro lado, a CPLP, enquanto comunidade com mais de 260 milhões de falantes, oferece uma rede académica de apoio valiosa, pelo que temos de aproveitar esta oportunidade e explorar essas parcerias de forma estratégica. Aliás, o envolvimento de algumas das nossas instituições, particularmente a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, a Universidade de Díli e a Universidade Católica na FORGES é uma oportunidade para promover uma maior integração de Timor-Leste no espaço académico lusófono e aceder a programas que possam contribuir para fortalecer o funcionamento dessas instituições.

Por essa razão, acredito que o reforço das parcerias das nossas instituições de ensino superior com outras do espaço da CPLP é importante para impulsionar o desenvolvimento dos nossos sistemas de ensino superior e de ciência e permitirá alinhá-lo com as melhores práticas internacionais.

4 - Sendo a língua uma variável crucial para o sucesso escolar no ensino superior, parece vigorar em Timor-Leste um certo desordenamento nesta matéria, com cada instituição ou mesmo com cada professor a utilizar o idioma que mais lhe convier na interação pedagógica. O Ministério tem alguma estratégia para ultrapassar este estado de coisas?

A questão linguística é uma problemática que é transversal a todos os níveis de ensino. Infelizmente, esta língua apenas é falada por uma parte da nossa população e apenas poucas famílias a utilizam quotidianamente em casa. No entanto e apesar dessa dificuldade, temos de reconhecer que já têm sido dados passos importantes para a promoção e utilização da língua portuguesa no nosso país.

Parece-me, no entanto, que precisamos de mudar a mentalidade da nossa sociedade quanto à questão da língua. Muitas vezes ouvimos que o português é a língua de Portugal ou a língua da CPLP e nunca é apreciada e sentida como sendo a língua de Timor-Leste e dos timorenses.

Ainda no recente debate do Orçamento Geral do Estado de 2025 tive a oportunidade de dizer isso mesmo: a língua portuguesa, em Timor-Leste, não é uma língua estrangeira. A língua portuguesa é parte da nossa alma, da nossa história e da nossa identidade. Foi com ela que resistimos durante décadas de adversidades e foi através dela que afirmámos a nossa soberania como Estado independente. Adotá-la como língua oficial não foi uma imposição externa, mas uma escolha consciente e estratégica do nosso povo, expressa na nossa Constituição, como um tributo à nossa história e ao nosso compromisso com a CPLP e com o mundo lusófono.

Sabemos que o ensino superior desempenha um papel central na consolidação da língua portuguesa em Timor-Leste, pois é um espaço privilegiado para a formação de líderes, professores e profissionais que moldam o futuro do nosso país.

O domínio da língua portuguesa não só abre portas para o acesso a um vasto universo de conhecimento, mas também fortalece as nossas relações com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), promovendo a cooperação cultural, científica e económica.

Reconhecemos que a promoção e a utilização da língua portuguesa no ensino superior enfrentam desafios significativos, especialmente relacionados ao acesso e à formação de qualidade para os nossos docentes e estudantes. Contudo, esses desafios devem ser vistos como oportunidades para redobarmos os nossos esforços no fortalecimento do ensino da língua, na capacitação de professores e na produção de materiais didáticos adequados.

Este Governo tem tido algumas iniciativas que ilustram o nosso compromisso com a língua portuguesa. Destaco, antes de mais, que em 2024 aprovamos a nova Lei de Bases do Ensino Superior que estabelece que “a principal língua de instrução, ensino e investigação no ensino superior é o português”.

Também neste ano concedemos 4.9 milhões de subvenções às instituições de ensino superior privadas para a capacitação de docentes, infraestruturas, equipamentos e promoção da língua portuguesa. Do valor que mencionei, 20% tem de ser obrigatoriamente executado em atividades de promoção da língua portuguesa, como por exemplo formação, aquisição de bibliografia, bibliotecas online, seminários, concursos para estudantes, etc..

O Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura tem 6 docentes contratados com o apoio do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, que lecionam aulas de língua portuguesa a cerca de 400 docentes das instituições de ensino superior privadas. Os docentes que obtêm melhores resultados nestes cursos têm acesso a bolsas de estudo para Mestrado e Doutoramento para países da CPLP. Em 2023 e 2024, atribuímos 38 bolsas para docentes que foram estudar para o Brasil e Portugal.

Assim, penso que, pouco a pouco, estamos a dar passos positivos neste campo e acredito que a médio prazo a utilização da língua portuguesa no ensino superior poderá ser uma realidade.

5 - Outra questão que nos parece importante é a oferta formativa. Ela não estará muito concentrada em cursos de licenciatura e em Díli? Em que pé está o projeto de criar institutos politécnicos nas principais regiões do país, à semelhança do que aconteceu em Betano?

Sim, das 19 instituições de ensino superior acreditadas 13 delas funcionam na cidade de Díli. Isso faz com que, anualmente, muitos estudantes tenham de se deslocar para Díli se querem continuar os seus estudos no ensino superior. Isto é um assunto que nos preocupa. É essencial criar condições para um melhor acesso ao ensino superior para reduzirmos as desigualdades regionais, reduzir os custos das famílias relacionados a deslocação dos estudantes para a capital, estimular o crescimento económico e social nos municípios e promover a fixação dos graduados nas suas localidades.

Outra questão que precisa ser repensada é o fato de que, atualmente, o país conta com apenas uma instituição de natureza politécnica: o Instituto Politécnico de Betano. No entanto, é indispensável dispor de mão de obra qualificada, dotada de competências práticas que contribuam diretamente para os processos de industrialização e modernização de setores estratégicos.

Com base nisso, e em conformidade com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, o nosso país prevê a criação de quatro novas instituições desse tipo: três Institutos Politécnicos e uma Academia. Entre essas, o Instituto Politécnico de Betano já se encontra em funcionamento, oferecendo cursos nas áreas de Engenharia Civil e Produção Animal. Durante o mandato deste Governo, temos como objetivo criar mais duas instituições.

Para alcançar esse objetivo, adotaremos uma abordagem em duas frentes. No âmbito formal, iremos aprovar todos os diplomas legais e administrativos necessários, como os estatutos, planos curriculares e as orgânicas funcionais das novas instituições. Em paralelo, no âmbito material, daremos início aos procedimentos de aprovisionamento e à construção das infraestruturas adequadas.

Assim, até 2026, esperamos ter em pleno funcionamento o Instituto Politécnico de Hotelaria e Turismo, localizado no município de Lautém, e, até 2028, a Academia de Pescas e Estudos Marinhos, no município de Manatuto. Essas iniciativas são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento sustentável e atender às demandas estratégicas do país.

6 - Falemos agora da pós-graduação, porque este nível tem sido a alavanca de qualificação de qualquer sistema de ensino superior. Consta que o seu ministério pretende promover cursos de doutoramento em áreas consideradas estratégicas para Timor-Leste, no próprio país, e em cooperação com universidades estrangeiras. Podia falar-nos deste projeto?

Como já referi, um dos principais problemas que afeta a qualidade do ensino superior é a fraca qualificação dos docentes. A título de exemplo, o resultado das avaliações dos programas académicos efetuada pela nossa Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académica no período de 2015 a 2023, indicam que cerca de 70% dos cursos possuem apenas avaliação de suficiente. Este cenário é, pois, pouco animador.

Se queremos fazer mudanças, não podemos continuar a ter um corpo docente em que apenas 2% deles possui grau de doutoramento. Até ao momento o Governo tem enviado todos os anos dezenas de docentes para países estrangeiros, de modo a continuarem os seus estudos a nível de Mestrado e Doutoramento. O problema é que se continuarmos a enviar, anualmente, mais docentes, as nossas instituições vão ficar sem recursos humanos para a lecionação dos cursos.

Desta forma, temos de criar uma nova modalidade de formação docente em Timor-Leste. Neste sentido, com base no estabelecido na Política Nacional do Ensino Superior e no âmbito das discussões que têm tido lugar na Comissão Coordenadora das Universidades e Institutos Superiores pretendemos criar uma Escola Doutoral destinada à formação dos Docentes das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. A pós-graduação é, de fato, uma das alavancas para o desenvolvimento do nosso sistema de ensino superior, e estamos conscientes da sua importância para a qualificação do nosso capital humano.

Neste sentido, pretendemos trabalhar em parceria com universidades de renome internacional para ministrar programas de doutoramento em áreas essenciais para o desenvolvimento do nosso país e para a melhoria da qualidade do ensino superior. No entanto, queremos que a modalidade de formação possa ser “mista”, isto é que haja formação presencial em Timor-Leste e que os docentes possam realizar uma parte da sua formação em outros países, enquanto contribuem para o desenvolvimento da pesquisa em Timor-Leste.

Como já referi, um dos principais desafios que impactam a qualidade do ensino superior em Timor-Leste é a insuficiente qualificação do corpo docente. Para ilustrar, as avaliações realizadas pela nossa Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académica, no período de 2015 a 2023, revelam que cerca de 70% dos cursos de graduação (*undergraduate*) obtiveram apenas uma classificação de suficiente. Este cenário, evidentemente, não é animador.

Se desejamos promover mudanças significativas, não podemos continuar com um quadro docente no qual apenas 2% dos profissionais possuem doutoramento. Até agora, o Governo tem enviado, anualmente, dezenas de docentes para países estrangeiros a fim de prosseguirem os seus estudos em nível de mestrado e doutoramento. Contudo, se mantivermos esse ritmo, as nossas instituições de ensino superior poderão enfrentar um déficit de recursos humanos para a lecionação.

Por isso, é fundamental implementar uma nova abordagem para a formação de docentes em Timor-Leste. Nesse contexto, com base na Política Nacional do Ensino Superior e nas discussões realizadas pela Comissão Coordenadora das Universidades e Institutos Superiores, pretendemos criar uma Escola Doutoral. Esta instituição, apoiada por centros e polos de investigação, será dedicada à formação de docentes investigadores das instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas. Este grupo de docentes investigadores frutos da pretendida Escola Doutoral será capaz de elevar o estado dos cursos de graduação acima referidos para um nível superior de qualidade.

A formação pós-graduada é, sem dúvida, uma alavanca essencial para o desenvolvimento dos nossos sistemas de ensino superior e de ciência, e estamos plenamente conscientes da sua relevância para a qualificação do capital humano do país. Assim, propomos trabalhar em parceria com universidades de prestígio internacional para oferecer programas de doutoramento em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e para a elevação da qualidade do ensino superior.

Além disso, queremos que esta modalidade de formação avançada seja “mista”, ou seja, que combine componentes presenciais em Timor-Leste com períodos de formação em instituições estrangeiras. Essa abordagem permitirá que os docentes mantenham sua contribuição ativa para o desenvolvimento da pesquisa em Timor-Leste, enquanto complementam a sua formação em contextos internacionais de excelência.